

## **1. Introdução**

Dando seguimento ao trabalho de monitorização relativo ao ano de 2010, desenvolveu-se, no âmbito da Rede Social de Lisboa, nova iniciativa que teve por objeto a população sem abrigo, contactada pelas instituições parceiras, na cidade ao longo do ano 2011.

Compete realçar, introdutoriamente, que este trata-se de um registo tornado possível pela grande aproximação interinstitucional verificada recentemente nesta área e que resulta da participação conjunta (e progressivamente mais integrada) das instituições nos trabalhos da Rede Social de Lisboa.

Esta monitorização consiste, contudo, numa aproximação necessariamente incompleta se tomar-se como referência a totalidade da população sem abrigo na cidade de Lisboa naquele período.

## **2. Instituições participantes na monitorização 2011:**

### **Equipas de rua:**

- AMI – Assistência Médica Internacional
- Associação Médicos do Mundo
- Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios
- CML – NASA (Núcleo de Apoio aos Sem Abrigo)
- JRS – Serviço de Jesuítas para os Refugiados
- MSV – Movimento ao Serviço da Vida – Projeto Sentidos
- NRND – Novos Rostos...Novos Desafios - Projeto Cidade Segura
- SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviço de Emergência Social – Equipa de rua
- VITAE- Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional -ETIR

### **Alojamento:**

- AMI – Centro Abrigo da Graça

- Albergues Nocturnos
- Exército de Salvação - Centro de Acolhimento para os Sem-Abrigo de Xabregas
- JRS - Centro Pedro Arrupe
- SCML – CATMA
- SCML – CASA – Centro de Apoio Social dos Anjos
- AEIPS – Projeto “Casas Primeiro”
- CIC Orientar – Residência de Alcântara
- VITAE

### **Atendimento Social**

- CML - NASA
- SCML – SES

### **Comunidades de inserção**

- AMI – Porta Amiga das Olaias
- CAIS
- Comunidade Vida e Paz – Espaço aberto ao diálogo
- CIC – Orientar

## **3. Variáveis e codificação**

- **Universo (N):** Pessoas contactadas pelas instituições participantes na monitorização que, ao longo do ano 2011, estiveram numa situação perante a habitação que se enquadra no conceito de pessoa sem abrigo definido pela ENIPSA.
- **Código do nome:** Filtrou-se as 2 primeiras consoantes do primeiro nome e das 3 primeiras consoantes do último apelido.
- **Data de nascimento:** escrita da seguinte forma: DD-MM-AAAA. Sendo possível colocar dados parciais (ex: só o ano ou o mês e o ano e o resto da data ficar a zeros).
- **Idade:** Aparece automaticamente, caso seja escrita a totalidade da Data de nascimento
- **Faixa etária**
- **Sexo**
- **Nacionalidade**

- **Situação perante a habitação:** Os dados fornecidos pelas instituições dizem respeito à última situação habitacional de que têm conhecimento, não representando o percurso habitacional que determinado utente fez durante o ano 2011.
- **Procedimento:** Foi solicitado a cada instituição participante que preenchesse uma ficha *Excel* com os seguintes dados do modo que se passa a exemplificar:

Código Nome	D. N.	Idade	Faixa Etária	Sexo	Nacionalidade	Situação perante a habitação	Observações
MF_BR N	12-12- 1912	99	>74	F	Portuguesa	A viver na rua	

#### **4. Limitações da monitorização**

Entre as várias limitações características deste tipo de iniciativa, referem-se sucintamente aquelas que exigem maiores cautelas e que decorrem da própria metodologia utilizada:

- A metodologia de recolha dos dados (ao longo de 12 meses) impediu a produção de uma imagem estática da população num determinado momento. A natureza longitudinal da recolha, não permitiu que se retirassem números ou percentagens totais (de pessoas, situações, etc.) relativos a um momento específico.
- A preocupação com a proteção de dados relativos a cidadãos implicou uma codificação prévia à sua comunicação. Este procedimento exigiu um intenso esforço de esclarecimento de dúvidas quanto à identidade dos indivíduos (através de numerosos contatos telefónicos interinstitucionais), o que resultou num “delay”, de aproximadamente 2 anos, entre o período em que os dados foram recolhidos e o momento em que a informação é produzida.
- A opção por incluir restringir as variáveis às essenciais (Idade; Sexo; Nacionalidade; Situação perante a habitação) para produzir um trabalho final que proporcione uma indicação válida (ainda que limitada) acerca do fenómeno na cidade implicou que se excluíssem, por exemplo, todas as variáveis relacionadas com as problemáticas apresentadas pelos indivíduos, na medida

em que não estão consensualizados critérios de diagnóstico das situações, entre as instituições parceiras participantes na iniciativa.

É, assim, com natural entusiasmo que se constata que qualquer destas limitações será suprimida em sede de NPISA pela partilha interinstitucional de um único sistema de informação (SIAS da SCML) que permitirá, não apenas uma redução muito significativa do referido “delay” para o tempo real (não haverá codificação), como também de uma maior abrangência da recolha (incluindo-se um número consideravelmente maior de variáveis).

### **Condicionantes decorrentes do processo de codificação**

O processo de codificação, com vista à proteção da identidade das pessoas acerca das quais os dados dizem respeito, é uma exigência que acarreta alguns aspetos problemáticos passíveis de tornar mais relativa a validade da informação produzida.

A repetição de casos pode ocorrer quando, durante processo de verificação dos dados, constata-se a existência de entradas nas quais além do código relativo ao nome, outras variáveis coincidem (por exemplo: além do mesmo código, duas ou mais entradas, terem a mesma data de nascimento e a mesma nacionalidade). Nessas situações, considerou-se adequado proceder ao esclarecimento, junto das instituições que forneceram os dados, se as entradas diziam respeito a um único indivíduo ou se referiam, efetivamente, de mais do que uma pessoa – o que teria sido suscetível de alterar o N final e conseqüentemente enviesar a informação.

O esclarecimento de dúvidas acerca da identidade das pessoas, embora exaustivo, não se trata de um procedimento técnico rigoroso que permita validar os dados de forma fidedigna, mas é antes uma tentativa de reduzir a eventual repetição.

Ainda que recorrendo a vários canais de comunicação (e-mails, telefonemas, reuniões, plataformas digitais, etc.), este procedimento é necessariamente moroso, o que concorre para o “delay” na produção do resultado final. A título ilustrativo refere-se que:

- A centralização dos dados teve início em Setembro de 2012 e apenas ficou concluída em Janeiro de 2013;

- O esclarecimento de dúvidas começou antes mesmo do fim da centralização e terminou no final de Setembro de 2013 – momento em que se tomou a decisão de iniciar o tratamento dos dados (início de outubro de 2013);
- Foram trocados cerca de 268 e-mails relativos a este processo de esclarecimento – não havendo registos, por exemplo, relativamente ao número de contatos telefónicos a que deram lugar ou aos contatos presenciais no decorrer de reuniões.

Em relação concretamente às dúvidas que ficaram por esclarecer quando se optou por avançar para o tratamento estatístico, estas diziam respeito a 79 casos, que representam 3,2% de um Universo de **2478** casos – **2399 indivíduos confirmados**.

Procurando um equilíbrio entre a salvaguarda da validade da informação e a sua pertinência – sobretudo atendendo ao carácter indicativo do trabalho (exprime tendências e não uma imagem precisa do fenómeno num dado momento) – considerou-se que a pertinência da informação ficaria mais comprometida pela desatualização consequente do prolongamento da espera pelo esclarecimento das (79) dúvidas restantes, do que pelas pouco significativas alterações passíveis de decorrer da não contabilização destas situações.

Há ainda a referir o fato de – ao contrário do trabalho relativo ao ano 2010 no qual incluíram-se pessoas que se encontravam em situações habitacionais que transcendem o conceito de pessoa sem abrigo consensualizado pela ENIPSA<sup>1</sup> – ter-se optado nesta monitorização por concernir os dados à população que se encontra estritamente enquadrada pelo conceito da ENIPSA.

A razão de tal opção prendeu-se com a redefinição de critérios formais com vista à redução de ambiguidade ao nível da composição do Universo, mas também como integração da proposta da Comissão Tripartida (que preside à Rede Social) de fazer este trabalho incidir sobre os casos de maior vulnerabilidade.

---

<sup>111</sup> “Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- Sem teto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;
- Sem casa – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”

## 5. Sugestão de elementos para reflexão:

**NOTA:** Todas as propostas de comparação entre os trabalhos realizados ao longo dos anos 2010 e 2011 pressupõem que durante esses exercícios mantenha-se presente a disparidade concetual na definição dos universos: em 2010 conceito “alargado” de pessoa sem abrigo (incluindo categorias que transcendem os grupos sem casa/sem teto); em 2011 conceito “restrito” (ENIPSA).

Como se constatará, há tendências que persistem, não obstante esta disparidade. Essa persistência quando se comparam trabalhos de anos diferentes, cujos universos (sendo semelhantes) não coincidem categoricamente, emerge como um elemento de reflexão significativo e que, por si só, merece destaque.

- **Acerca do Universo da monitorização:**

- Definindo o N mediante os mesmos critérios que serviram para a sua definição em 2010 – incluindo as mesmas categorias da situação habitacional utilizadas naquele trabalho – obter-se-iam números significativamente semelhantes: **3137** em 2010 para **3181** em 2011.

No caso deste exercício comparativo, há ainda que ressaltar que as fontes dos dados não coincidem entre os estudos, na medida em que em 2011 não se recolheram dados das Direções de Ação Social Local da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que seriam suscetíveis de fazer aumentar este número.

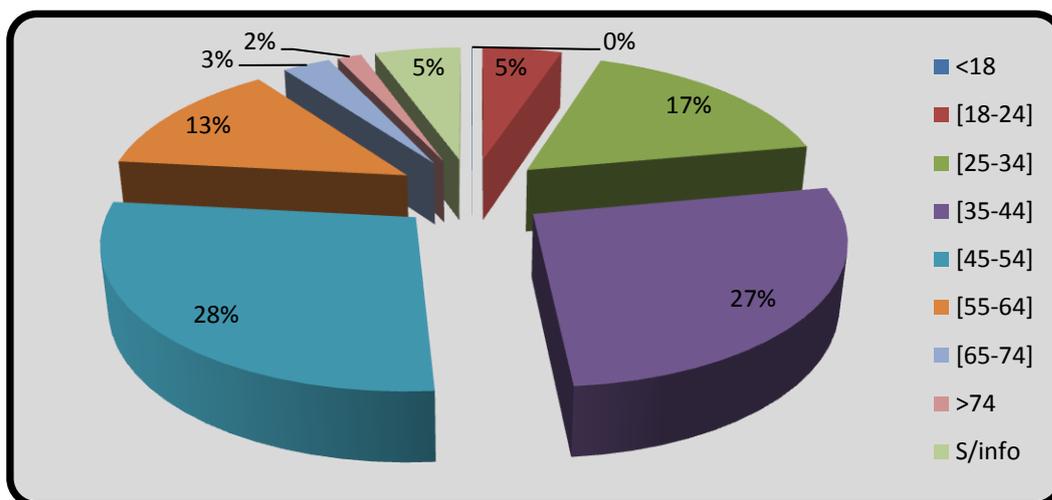
- Por outro lado, alinhando os critérios de definição dos universos pela referência do conceito da ENIPSA – o que implica que se estreite o N de 2010 – obtém-se a seguinte diferença: **2126** indivíduos contactados em 2010 e **2399** indivíduos contactados em 2011.

Este exercício, coloca assim em evidência o **aumento de 273 indivíduos (+12,8%)** contactados pelas instituições participantes. Importando, também neste caso, ressaltar que este aspeto merece uma leitura cautelosa, pois a dinâmica com que os contactos acontecem no terreno não se trata de uma constante e está dependente de variáveis como: alterações à composição das equipas, conservação do número de técnicos, alterações ao nível dos indicadores de avaliação dos projetos, problemáticas

apresentadas pela população, exigência da intervenção ao nível do acompanhamento, etc.

- **Acerca das faixas etárias:**

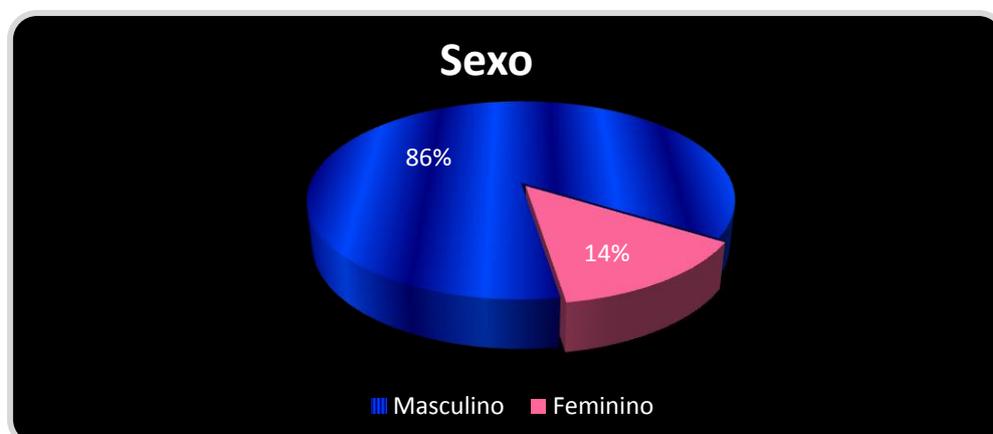
- Destaca-se que 90% da população contatada encontrava-se em idade ativa, sendo que 22% tinha idade inferior a 35 anos (apenas uma menor, brasileira, de 17 anos).



**Gráfico 1**

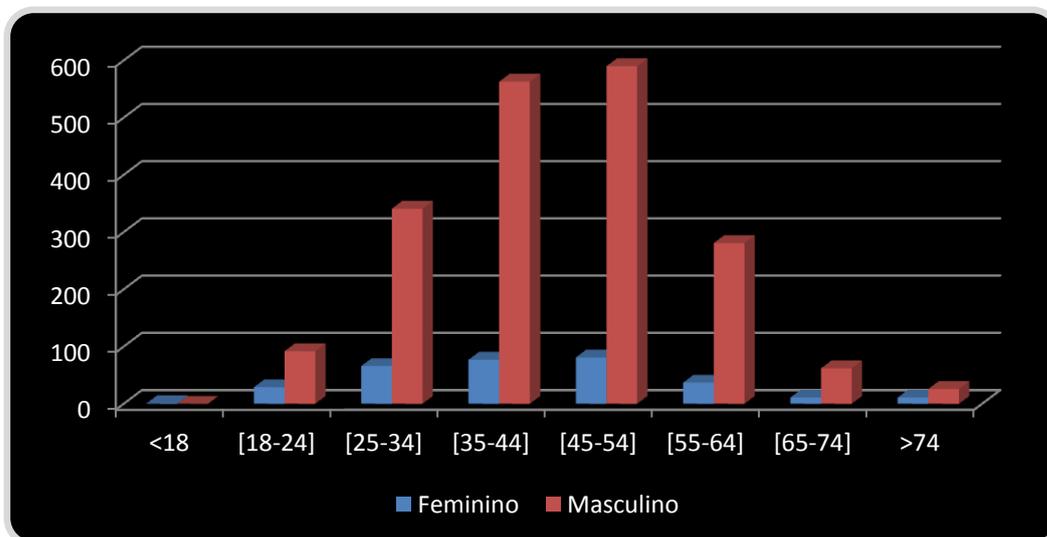
- Se comparar-se estes dados com os do ano anterior (**ver nota caixa na página 6**) observa-se uma grande semelhança tendencial. Em 2010: 89% da população em idade ativa, apenas um menor e 22% da população com idade inferior a 35 anos.

- **Acerca do sexo:**



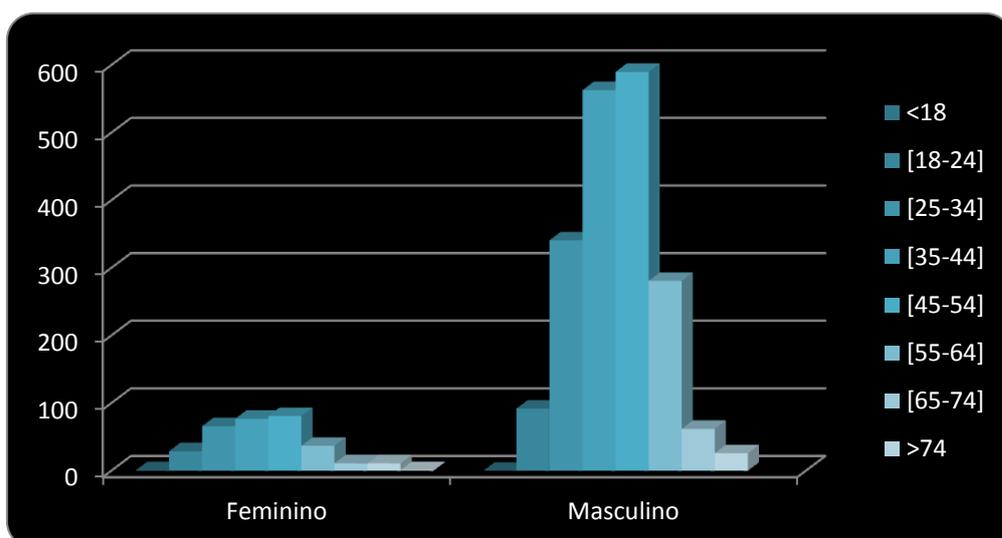
**Gráfico 2**

- Assinala-se a grande maioria masculina, consistente com a tendência do ano 2010 (ver nota da caixa página 6) em que se registaram as seguintes percentagens: 84% de homens e 16% de mulheres.



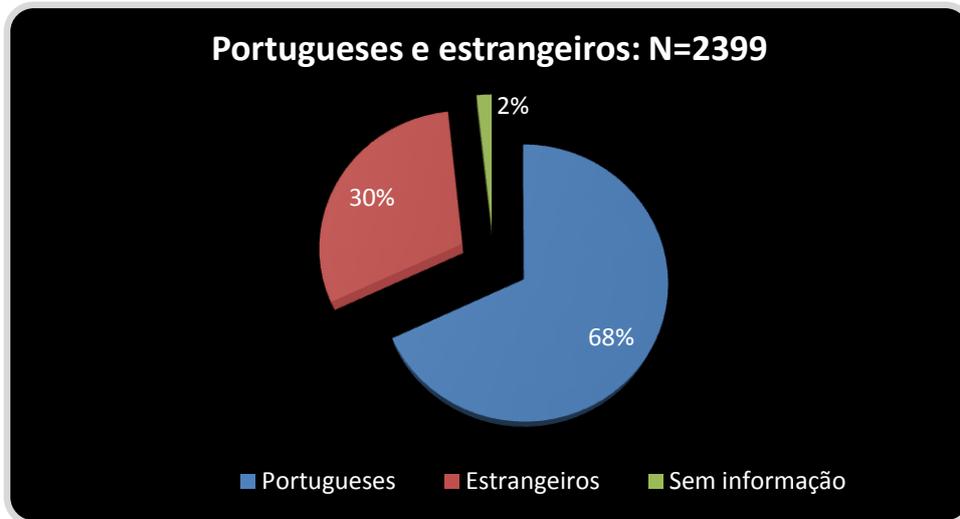
**Gráfico 3**

- Realça-se que, tal como no ano anterior (ver nota da caixa página 6), as tendências da distribuição dos indivíduos por faixas etárias prevalecem, correlativamente, entre sexos.



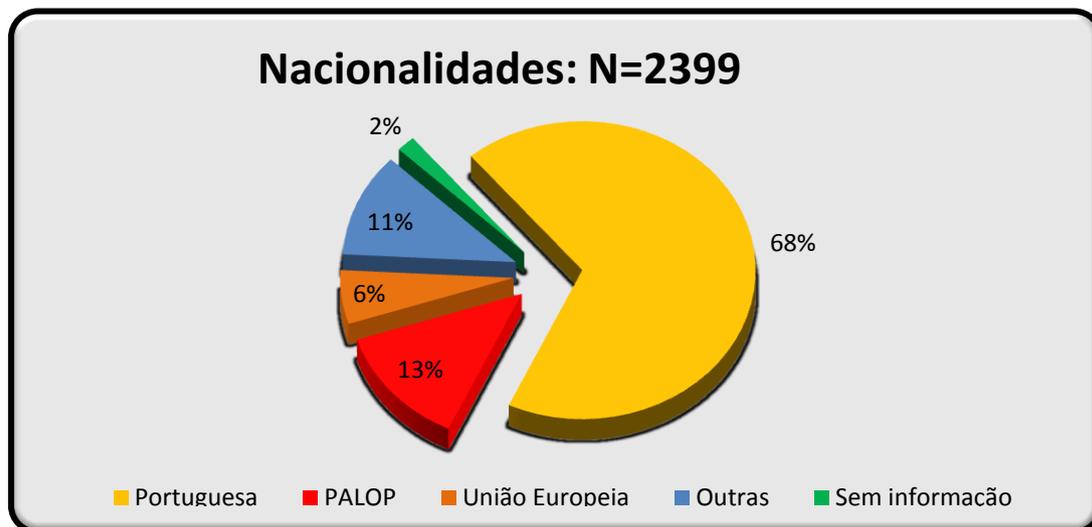
**Gráfico 4**

- Acerca da nacionalidade:



**Gráfico 5**

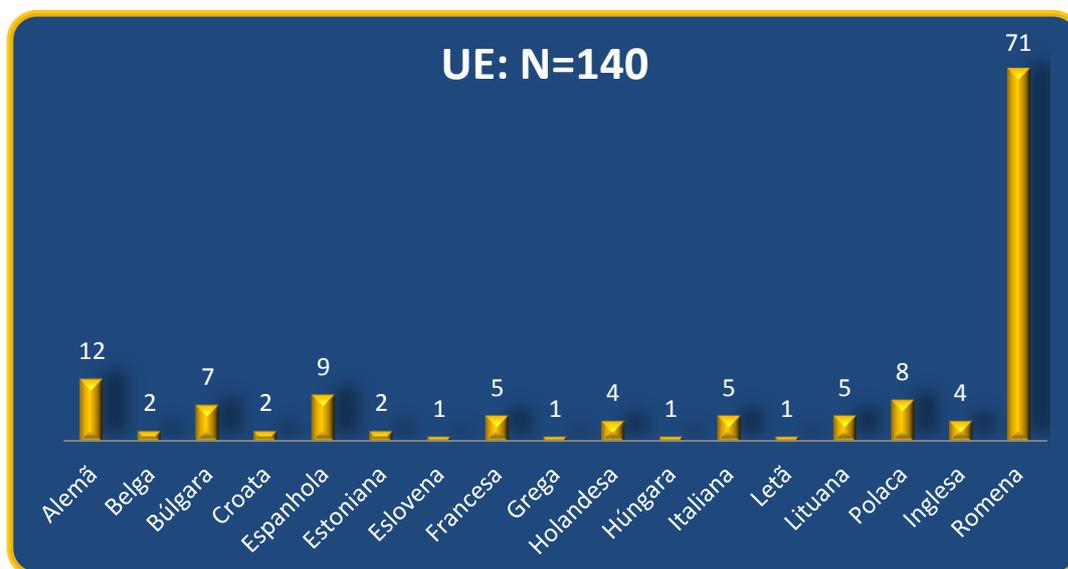
- Ao nível da dicotomia “Português”/”Estrangeiro”, nota-se que cerca de 2/3 (68%) da população é portuguesa, o que confirma, em proporção, a tendência verificada na monitorização relativa ao ano 2010 (ver nota da caixa página 6): 68% portugueses; 27% estrangeiros; 5% sem informação.



**Gráfico 6**

- Ao nível da dicotomia “Comunitário”/”Extra Comunitário”, somando, aos 68% de portuguesas, 6% de pessoas oriundas de países da União Europeia, obtém-se um total de

74% de Comunitários (73% em 2010 – ver **nota caixa na página 6**) para 24% de “Extra Comunitários” (apenas não foi possível apurar a nacionalidade de 2% do Universo).



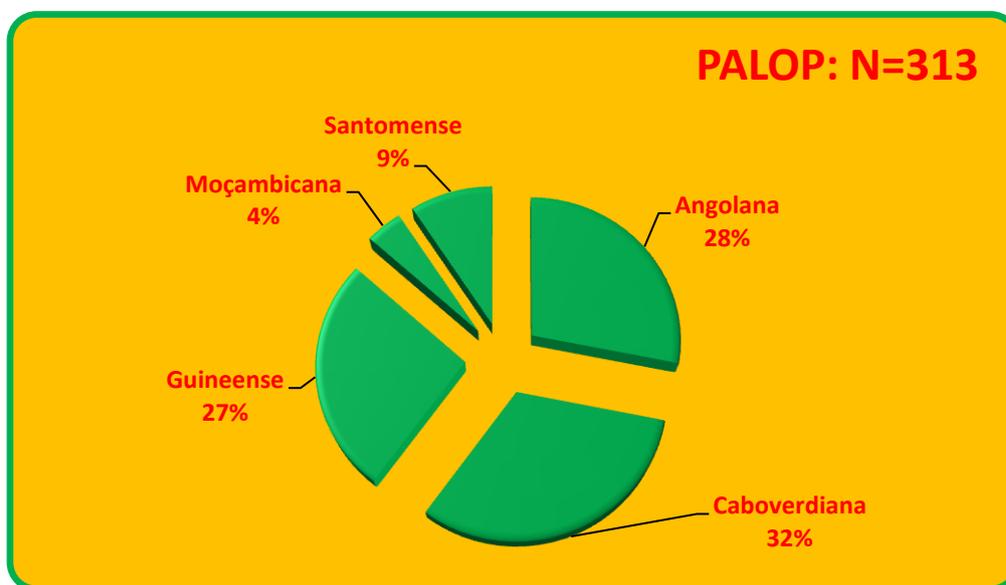
**Gráfico 7**

- Entre os Estrangeiros Comunitários, destaca-se que cerca de metade (50,7%) destes indivíduos tinham nacionalidade romena. Este aspeto já havia, de resto, sido registado no ano anterior (**ver nota da caixa na página 6**) quando 74, em 160 de indivíduos “Comunitários”, tinham nacionalidade romena.



**Gráfico 8**

- Construiu-se ainda o Gráfico 8 com o objetivo de evidenciar as nacionalidades mais representadas entre a população imigrante contatada. Assim, constata-se (tal como em 2010 – **ver nota caixa página 6**) uma preponderância de pessoas de nacionalidades do leste da Europa, sobretudo Roménia e Ucrânia, e dos PALOP.



**Gráfico 9**

- Relativamente às pessoas oriundas dos PALOP, salienta-se que representavam 13% (N=313) da população imigrante e que havia uma distribuição equitativa de 87% desta população entre três nacionalidades: angolana, 88 (28%); guineense, 83 (27%) e cabo-verdiana, 100 (32%).

Este registo vem confirmar, com bastante relevância, as tendências já reportadas em 2010 (**ver nota da caixa na página 6**), quando representavam 12% (N=364) dos imigrantes contatados, distribuindo-se 85% desse universo pelas mesmas nacionalidades na seguinte proporção: angolana, 122 (33%); guineense, 91 (25%) e cabo-verdiana, 99 (27%).

- **Acerca da situação perante a habitação:**

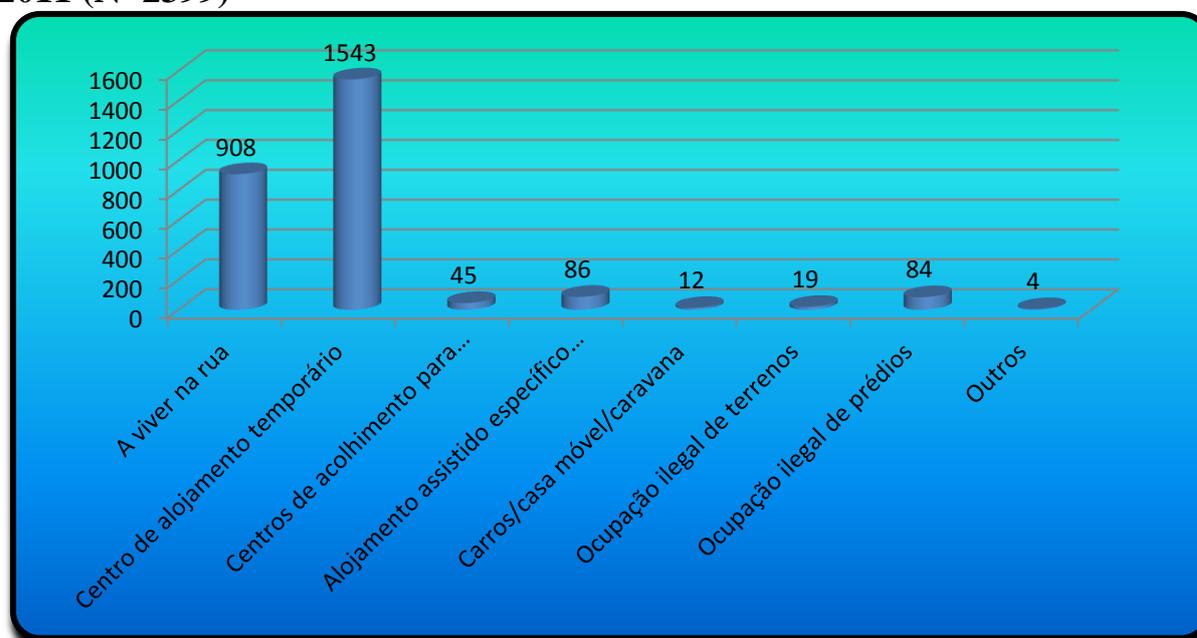
- Ao nível da situação perante a habitação compete destacar, uma vez mais, que as pessoas foram contatadas ao longo de todo o ano 2011 e que, durante esse intervalo de tempo, algumas passaram por mais do que uma situação (tendo cada instituição transmitido, aquando da centralização de dados, apenas a última situação em que contactou a pessoa).

A leitura desta informação exige este entendimento, que é também necessário para justificar o facto de ser referenciado um número de situações superior ao Universo<sup>2</sup> (composto pela população, contactada pelas instituições que participaram neste trabalho, que se enquadrava no conceito de pessoas sem abrigo da ENIPSA)

Assim, os valores constantes nos campos deverão ser entendidos como um número mínimo<sup>3</sup> de pessoas que passaram pela respetiva situação ao longo de 2011, pois não representam o número total de pessoas na referida situação em algum momento. Esta interpretação torna, contrariamente, improvável que em algum momento se encontrasse, em alguma daquelas situações, o número que se apresenta e que consiste num agregado (somatório) do ano.

- Neste caso das situações perante a habitação, as comparações entre os anos 2010 e 2011 fazem-se diretamente porque estão legitimadas pela coincidência dos critérios de definição dos N (construiu-se especificamente o gráfico 11 para tornar possível o exercício).

### 2011 (N=2399)



**Gráfico 10**

<sup>2</sup> Foram contactadas pessoas nas seguintes situações habitacionais: "A viver na rua"; "Centro de alojamento temporário"; "centro de acolhimento para imigrantes e refugiados/requerentes de asilo"; "alojamento assistido específico para população sem abrigo"; "Carros/casa móvel/caravana"; "Ocupação ilegal de terrenos"; "Ocupação ilegal de prédios"; "outras".

<sup>3</sup> É possível que houvesse pessoas que se encontrassem naquelas situações, ou passado por outras, sem ter sido contactadas nesse período

- Salienta-se, primordialmente, a circunstância preocupante de, em 2011, terem sido contactadas em situação “sem teto” (a condição consensualmente reconhecida como sendo a de maior vulnerabilidade em termos biopsicossociais) 908 pessoas, o que corresponde a um aumento de 102 pessoas (+12,6%) relativamente a 2010.

- Outro aspeto acerca do qual se sugere reflexão é o facto de 1543 pessoas terem passado pelas 472 vagas nos “centros de alojamento temporário” (CAT). Embora seja expetável que o número de “ocupação de vagas” ultrapasse o seu total – pois o tempo de permanência nos CAT é limitado a um máximo de 6 meses – se comparar-se este valor com o ano anterior, verifica-se que houve um aumento do número de pessoas que utilizaram aqueles equipamentos: 1285 em 2010 e 1543 (+20%) em 2011.

#### 2010 (N=2126)

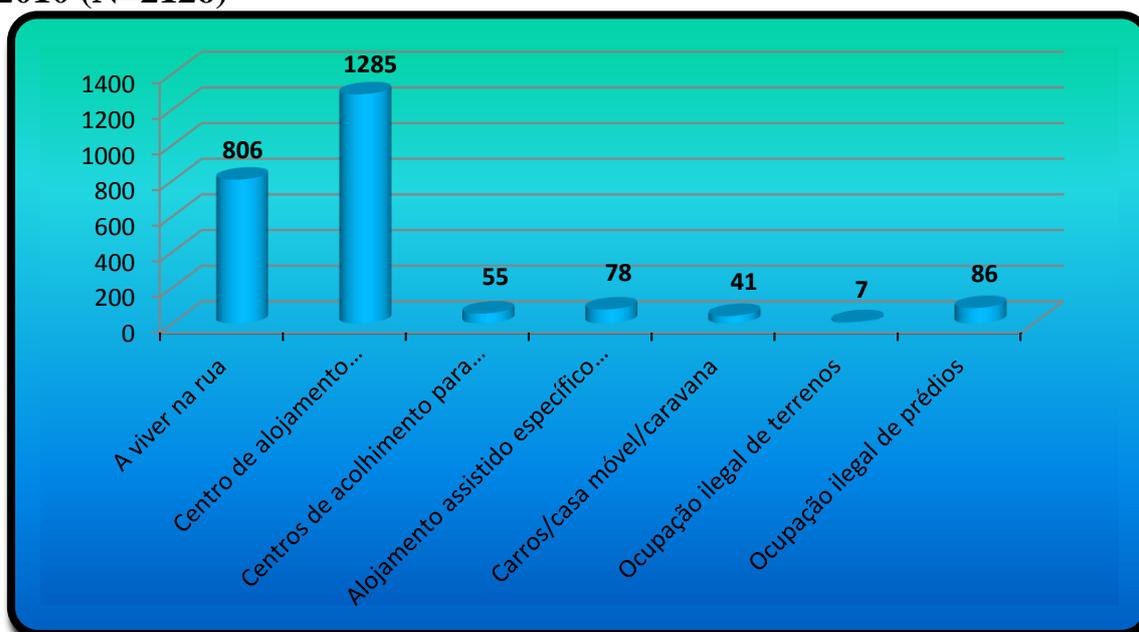


Gráfico 11